

**“A ESQUERDA POSSIBILISTA: A REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
COMO ESPAÇO DE COMBATE E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-
MILITAR BRASILEIRA.”**

Fabício Augusto Souza Gomes¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a Revista Civilização Brasileira como um estratégico espaço de debates para as esquerdas brasileiras durante o período da ditadura civil-militar no país. A publicação teve o papel-chave de, ao mesmo tempo, promover a reorganização e o *aggiornamento* das esquerdas, em resistência ao regime, servindo de contraponto ao status quo predominante após o golpe de 1964. Diversos intelectuais de frestas escreveram na revista, unindo-se em torno de um discurso democrático e independente, numa *concertación* de ideias. Uma esquerda possibilista, que participava dos debates para se manter viva na política brasileira.

Palavras-chave: Revista Civilização Brasileira; Intelectuais; Ditadura Civil-Militar

ABSTRACT

The present article aims to analyze Revista Civilização Brasileira as a strategic space for debates for the Brazilian left during the period of the civil-military dictatorship in the country. The publication had the key role of simultaneously promoting the reorganization and *aggiornamento* of the left, in resistance to the regime, serving as a counterpoint to the prevailing status quo after the civil-military coup of 1964. Several intellectuals of cracks wrote in the magazine, uniting around a democratic and independent discourse, in a *concertación* of ideas. A possibilist left, who participated in the debates to stay alive in Brazilian politics.

Keywords: Revista Civilização Brasileira; Intellectuals; Civil-Military Dictatorship

No alvorecer do novo regime político, Roland Corbisier foi convidado pelo editor Ênio Silveira para colaborar com a revista Civilização Brasileira, que cumpria, naquele momento, um papel-chave no processo de reorganização das esquerdas brasileiras, que

¹ Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC / FGV-RJ)
fabricao.gomes@gmail.com

passavam por um processo de turbulência depois que os militares ocuparam o poder. A publicação era agregadora de opiniões de cunho esquerdista, com um viés de discussão intelectual, principalmente no campo da cultura. Mais do que isso: era um instrumento político, de resistência, contra o novo regime constituído. Um espaço público para discussões e articulações das esquerdas – formadas por um espectro de intelectuais de diferentes trilhas institucionais. Só para citar como exemplo, intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), e do Comando de Trabalhadores Intelectuais (CTI). Também intelectuais filiados ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que trabalhavam no jornal Correio da Manhã completavam o quadro intelectual atuante na Revista Civilização Brasileira.

Segundo Rodrigo Czajka,

“o crescimento do número de publicações periódicas, durante a primeira metade da década de 1960 ocorreu devido a um aspecto sociopolítico importante: fortalecer espaços de debate, a fim de dar continuidade aos projetos antes propostos no interior das organizações desmanteladas pelo golpe”. (CZAJKA, 2010, p.95)

A Revista Civilização Brasileira foi publicada entre 1965 e 1968, cumprindo seu papel de ser um contraponto ao status quo reinante após o golpe civil-militar, constituindo ao mesmo tempo, um ponto de resistência política e cultural, e também a plataforma editorial que permitia àqueles intelectuais identificados à esquerda, de se manterem ativos, exercendo a função de intelectuais públicos, mesmo após a implantação do regime de exceção.

Era possível encontrar nas páginas da revista, intelectuais como Antônio Callado, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, Nelson Werneck Sodré, Antônio

Houaiss, Ferreira Gullar, Leandro Konder, José Honório Rodrigues, Moacyr Félix, entre outros.²

Foi nesse contexto que Roland Corbisier aceitou o convite de Ênio Silveira, para integrar o conselho editorial da revista, na função de secretário-geral da publicação – uma função similar à de redator-chefe. Ambos já eram amigos mesmo antes da experiência do trabalho conjunto no novo periódico. Mais precisamente desde 1958, quando a Companhia Editora Nacional, ligada à Editora Civilização Brasileira, editava os Cadernos do Povo Brasileiro, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que eram destinados aos trabalhadores. O acordo firmado era que Corbisier contribuiria com a revista nas quatro primeiras edições, sendo substituído como secretário-geral pelo poeta Moacyr Félix a partir do quinto número.³

Segundo Corbisier,

“(…) a Civilização Brasileira achava-se instalada num prédio antigo, na rua 7 de Setembro. O andar térreo era ocupado por uma imensa livraria e o gabinete do Ênio achava-se no terceiro andar. A livraria tornou-se, na ocasião, o centro de reunião dos cassados e de adversários da ditadura militar. Quase todas as tardes, ali nos encontrávamos, trocando ideias e informações. Lembro-me bem que, nessa oportunidade, sugeri ao Ênio a publicação de uma revista de estudos políticos e sociais e nisso estava junto com o Moacyr Félix, que já a havia lembrado também como bom projeto. A sugestão foi aceita e eu fui o redator-chefe da revista nos dois primeiros números, porque, a partir do terceiro, assumiu essas funções o poeta Moacyr Félix”.
(FELIX, 1998, p.422)

² VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. pp. 167.

³ COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Revista Civilização Brasileira: a supremacia do intelectual engajado ou o Império da História**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

Como mencionado anteriormente, a Revista Civilização Brasileira tinha o propósito de se constituir como um espaço público para debates em torno das grandes questões nacionais. Nos princípios e propósitos da revista, assim escreveu Ênio Silveira:

“O povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do país, numa linha democrática e independente? Cremos que sim. Cremos também, que a tarefa, nesta quadra, caberá principalmente aos intelectuais. Em seus variados campos de atuação e pesquisa, serão eles os que, acima de injunções ou posições partidárias, poderão estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira”. (SILVEIRA, 1965, p.03-04)

Segundo Daniel Pécaut,

“Em torno da editora Civilização Brasileira, e depois da Revista Civilização Brasileira, continuam a reunir-se muitos ‘nacionalistas’ da fase precedente (ao golpe de 1964). Ênio Silveira, Moacyr Félix e Manoel Cavalcanti Proença foram os principais mobilizadores da revista fundada em 1965. Os nomes que compõem o conselho da redação permitem supor que a revista pretenda de início permanecer na linha teórica do campo nacionalista da época de Goulart: Alex Viany, Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, para apenas citar alguns, são todos nomes associados às campanhas nacionalistas, militantes políticos e ligados a fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais. Entre os colaboradores, há veteranos do ISEB, como Roland Corbisier, e

dirigentes do PCB, como Assis Tavares”. (PECAUT, 1990, p.207)

Pécaut defende a ideia de que a Revista Civilização Brasileira não era uma publicação partidarista, embora inicialmente tenha sofrido algum tipo de influência do PCB, mas que isso fora deixado logo de lado pelos seus responsáveis, mais interessados em propor uma revista que fosse uma tribuna para todas as tendências de esquerda. Os temas mais frequentes eram os mesmos do período imediatamente anterior ao golpe de 1964: desenvolvimento nacional, defesa da cultura nacional, emancipação política resultante do desenvolvimento. A mesma agenda de temas de Roland Corbisier ao longo de sua trajetória contemporânea.

Decerto também que não eram temas soltos, escritos em tom de nostalgia, mas constituíam uma esperança de mudança na sociedade – nesse caso, a classe média, a burguesia e até mesmo setores das forças armadas, que em alguns casos, começavam a mostrar desencanto com o novo regime. Corbisier faz parte dos intelectuais que Pécaut definiu como “esquerda possibilista”, ciente de seus deveres, numa espécie de *Concertación* de tendências – os sociólogos paulistas foram convidados a participar da publicação e alguns de fato, chegaram a escrever artigos -, em prol de um retorno pacífico à democracia.

A publicação dispunha-se a ser um instrumento de tomada de posição diante da crise brasileira. Um veículo que repudiava completamente a alienação cultural e política. Muito similar à linguagem de discurso utilizada, por exemplo, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ao longo de sua trajetória – primeiro com um centro de estudos, stricto sensu, e posteriormente, a partir de 1960, como uma agência de articulação política, em consonância com as demandas das esquerdas nacionalistas brasileiras.

Detendo especial atenção à figura de alguns intelectuais, entre eles, Roland Corbisier, outra característica comum entre seus discursos e os de Ênio Silveira, era o de tomada de posição – Corbisier costumava escrever que era necessário que o brasileiro tivesse

uma tomada de consciência para que pudesse ter a noção e amplitude da problemática da situação da crise brasileira. Outra característica em comum era que a publicação se destinava a intelectuais públicos, que mesmo após o golpe, desejavam se manter ativos no cenário social, político e cultural do país – e isso era o que Corbisier vinha desempenhando em sua trajetória e naquele momento vinha ao encontro de seus propósitos – tinha sido o 37º político a ser cassado, e com o fechamento do ISEB, em 13 de abril de 1964, entrara num período de ostracismo em relação à vida pública. Percebemos, portanto, uma sintonia entre os discursos de Ênio Silveira e Roland Corbisier.

O ISEB, que por sinal, inspirava uma postura nacionalista, já que suas teses iriam se desdobrar nas discussões intelectuais, gerando interpretações e conjunturas de análise diferenciadas. Entretanto, é preciso destacar também que embora fosse um canal para onde convergiam as ideias acerca de uma ‘revolução brasileira’, um segmento institucional alternativo ao período de trevas vivenciado a partir da segunda metade dos anos 1970, por outro lado não podemos afirmar que a Revista Civilização Brasileira abrigasse uma homogeneidade de pensamentos e interpretações acerca de determinados assuntos ou conceitos. Como ressalta Luiz Renato Vieira, “Dias Gomes discordava radicalmente da concepção de cultura popular revolucionária professada pelo CPC, que tinha Ferreira Gullar entre seus intelectuais mais engajados.”⁴

É preciso também compreender a polissemia do conceito de intelectual, desenvolvida por alguns autores que considero importantes para o entendimento do papel que esses intelectuais desenvolviam na Revista Civilização Brasileira.

A retomada da história dos intelectuais veio num momento em que a agenda internacional direcionava suas atenções para questões envolvendo o terceiro mundo, a Guerra da Argélia, os nacionalismos sensíveis a diversas nações. Era o momento em que intelectuais adquiriam uma coloração engajada e mais participante, nos debates das

⁴ VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. pp. 180.

sociedades, como atores do político⁵. Mas no âmbito dos historiadores, a história dos intelectuais ficara, durante muito tempo, oculta, silenciada, conforme Jean-François Sirinelli, enquanto em outras disciplinas, os intelectuais gradativamente iam retornando para um patamar de atenção. Diz Sirinelli que “a história dos intelectuais se tornou, assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.⁶

Uma das tantas críticas feitas à história dos intelectuais diz respeito ao fato de que, graças ao engajamento da figura do intelectual, principalmente no período pós-guerra (1945), estaria este situado no limiar de um discurso ideológico, consequência da polarização do mundo entre capitalismo e socialismo, no *modus operandi* da agenda da Guerra Fria. Além disso, o fato de ser uma história teoricamente considerada “recente”, alçaria a história dos intelectuais a um status de descrédito, sendo o estudioso dos intelectuais contaminado com as próprias ideias de seu objeto. O estudo das décadas do período a partir dos anos 1950 estaria condenado, na visão então dominante, a ser explorado apenas por “jornalistas da história imediata”.⁷

O estudo dos intelectuais também enfrentou barreiras e preconceitos, pois, na crença de que os intelectuais compunham um grupo bastante restrito, o pesquisador poderia se deixar levar pelo “canto da sereia” de seus objetos, deixando-se impressionar por suas ideias e discursos, justamente quando o que lhe era exigido uma boa dose de serenidade. Sendo um grupo restrito e bem situado na pirâmide social, os intelectuais não tinham o peso e importância necessária, numa época em que, segundo Sirinelli, as atenções estavam voltadas para o estudo e pesquisa sobre as “massas”.⁸

A história dos intelectuais ainda convalescia por estar identificada a um curto espaço temporal do debate cívico, justamente quando somente a longa e média duração eram

⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In REMÓND, Rene. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pp. 231.

⁶ pp. 232

⁷ Idem.

⁸ pp. 235

privilegiadas por permitirem “abordagens férteis e aberturas conceituais”⁹. Estando a história dos acontecimentos, ainda identificada com o século XIX, condenada nos meios acadêmicos, o estudo dos intelectuais inevitavelmente estaria identificado com questões relacionadas ao papel e influência destes nos acontecimentos e fatos, em momentos distintos. Os intelectuais estariam, portanto, indissociáveis ao tempo curto dos acontecimentos. Outro ponto que merece destaque, e que contribuiu decisivamente para que a história dos intelectuais permanecesse por muito tempo no segundo plano da História, é que esta foi confundida com a história das ideias políticas, e ainda à história da cultura política. Sendo produzida por intelectuais entendidos como pertencentes aos elevados substratos da sociedade – as elites -, acabou identificada como pertencente a uma ideologia dominante. Somente grandes formulações produzidas por intelectuais seriam aproveitadas pela Academia, sendo, conforme nos aponta Sirinelli, “deixado de lado o estudo dos intelectuais, em benefício do estudo de uma ‘cultura política’, vasto e rico campo de investigação, mas que recorta apenas parcialmente o da história dos intelectuais”.¹⁰

O início da retomada da história dos intelectuais, quando esta modalidade começou a readquirir seu prestígio, se deu a partir de meados dos anos 1970, acompanhando a mudança de status que a história política também passou a ter. Retomada – não ressurgimento - porque na verdade nunca deixou de existir, apenas foi colocada em segundo plano, e por isso é de se estranhar porque durante muito tempo permaneceu como tal, quando o próprio historiador é também um intelectual. Uma das sombras que jaziam sobre o estudo dos intelectuais incidia sobre o fato de que o historiador tomaria um posicionamento passional diante do objeto estudado. Entretanto, como afirma Sirinelli, “a simpatia (sobre o objeto), no sentido primeiro do termo, é necessária e constitui a essência do ofício do historiador”.¹¹ Mas ao mesmo tempo em que nascem as simpatias, há também antipatias, e o grande desafio do historiador é entender e avaliar seu objeto em sua totalidade.

⁹ Idem.

¹⁰ pp. 237

¹¹ pp. 239

Jean-François Sirinelli destaca a polissemia¹² do termo “intelectual”, que seria muito difícil de conceituarmos numa só explicação. Para ele, existiriam “duas acepções do intelectual, numa questão de nomenclatura: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores culturais’, e outra mais estreita e baseada na noção de engajamento”. Como ponto de partida, podemos sugerir que os intelectuais que participaram da Revista Civilização Brasileira possam ser considerados mediadores, pois transitaram em diferentes polos sociais e intelectuais.¹³

Conforme nos apontam Gilberto Velho e Karina Kuschnir,

"Os indivíduos, especialmente em meio metropolitano, estão potencialmente expostos a experiências muito diferenciadas, na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes. Ora, certos indivíduos mais do que outros não só fazem esse ‘trânsito’ mas desempenham o papel de mediadores entre diferentes mundos, estilos de vida e experiências". (VELHO, KUSCHNIR, 2001, p.20)

Eram intelectuais, engajados e participantes dos debates no espaço público do pensamento social e político brasileiro. Em vista disso, torna-se importante, sob o ponto de vista epistemológico, compreender as distintas análises e interpretações que alguns autores teceram sobre o conceito de intelectual, mais especificamente, o conceito de intelectual público. Nos estudos sobre intelectuais não têm faltado definições sobre o intelectual, mas sem a devida atenção ao seu desempenho, imagem e atitude intervencionista junto à sociedade.

¹² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In REMÓND, Rene. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 242

¹³ Roland Corbisier, por exemplo, transitou do integralismo ao socialismo, passando pelo nacional-desenvolvimentismo.

Jean-François Sirinelli ressalta que o estudo dos intelectuais estaria longe de ser um nicho da história política – um “grupo de pressão”¹⁴ - mas sim uma possibilidade para se entender nossa história contemporânea. As distintas trajetórias e percursos dos intelectuais que contribuíram com a Revista Civilização Brasileira nos possibilitam conhecer diferentes momentos de nossa história do Brasil republicano, já que os personagens atravessam grande parte do século XX, trazendo consigo a possibilidade de analisarmos contextos sociais e políticos distintos, entremeados ainda por outros personagens importantes e que os ajudaram em seus deslocamentos em diversos campos, como literatura, política, artes plásticas, teatro, música, entre outros.

Analisando a trajetória de alguns intelectuais, percebemos aquilo que Gilberto Velho chamou de “campo de possibilidades”¹⁵, na dimensão cultural, social e política, não só através de seus diferentes projetos individuais, mas também quando estes interagem com projetos de outros intelectuais, em distintas colorações.

Segundo Velho, a construção de um projeto não é “abstratamente racional”, e sim um “resultado de uma deliberação”.¹⁶ Segundo ele, “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades”.¹⁷ Se no parágrafo anterior ressaltamos o amadurecimento de um projeto que poderia ter evoluído para o aprimoramento de outros projetos, também não seria um equívoco dizer que o campo de possibilidades poderia resultar em projetos distintos. Conforme nos diz este autor, “os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas

¹⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In REMOND, Rene. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 255.

¹⁵ VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

¹⁶ Idem. pp. 103-104

¹⁷ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade. Ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013. pp. 138.

mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente”.¹⁸

Daniel Pécaut¹⁹ dialoga com Sérgio Miceli, que sua obra “Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945”²⁰, ressalta as transformações que influíram no *modus vivendi* dos escritores naquele período:

“Frequentemente originários de famílias oligárquicas em decadência, confrontados pela rarefação das carreiras tradicionais, expostos à concorrência provocada pela inflação de diplomas conferidos com as diversas faculdades livres, recém-criadas, eles foram ameaçados, segundo Miceli, primeiramente pelo risco de perda de status. Devido à ampliação do mercado de bens culturais, associada ao desenvolvimento econômico de certas regiões, em especial São Paulo, foram levados então a renunciar ao antigo estilo de vida das camadas cultas, passando a reconhecer a necessidade de uma ‘profissionalização’ e, ao mesmo tempo, participar dos debates políticos do momento. Com o fortalecimento do Estado, ocorrido após 1930, teriam sucumbido, por fim, à sedução de empregos públicos que lhes foram oferecidos. Ao se tornarem defensores de um poder forte, estariam manifestando seu desejo de ampliar o próprio acesso a essas carreiras e, simultaneamente, sua dependência diante das autoridades públicas”. (PECAUT, 1990, p.19-20)

Para Pécaut, alguns intelectuais se comportariam como “ideólogos do autoritarismo, ocupando funções no Estado, colocando seu talento literário diretamente a serviço da

¹⁸ Idem.

¹⁹ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990. pp. 19-20.

²⁰ MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo, Difel. 1979.

política oficial”.²¹ Já outros se contentariam em “aventurar-se por conta própria, em busca do Brasil autêntico, lutando para impor temas nacionais, inventando modos brasileiros de expressão, e apresentando sugestões e pedidos aos governantes e ao seu círculo”.²² É importante ressaltar que nesse caso, Pécaut também compartilha o sentido polissêmico da palavra intelectual, variando no tempo, quando identifica que os pensadores dos anos 1930 e os ideólogos dos anos 1950 reivindicavam para si um significado de intelligentsia.²³ E que a partir de meados dos anos 1970, o intelectual será dotado de outro sentido, adequando as novas demandas das sociedades ao papel de agente político de intervenção pública.

Segundo Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, intelectuais “são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”²⁴, e que “deveriam ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política”.²⁵ Os intelectuais mediadores poderiam ser, na visão das autoras, “tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade”.²⁶ Outra noção que apresentam, é a do intelectual mediador que é capaz de “acumular diversas funções e posições ao longo de sua trajetória profissional”.²⁷

Para Edward Said, uma das tarefas do intelectual residiria no esforço em derrubar estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação²⁸. Para ele, o principal dever do intelectual seria a busca de uma relativa independência em face de tais pressões²⁹. O intelectual seria caracterizado como um

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²⁹ Idem

exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder. O intelectual seria um indivíduo com uma responsabilidade na sociedade, não apenas portador de palavras ao vento, mas um membro uma classe, “um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude filosófica ou opinião para um público”.³⁰ Embora dotado de paixões ideológicas, uma personalidade que não poderia se render facilmente por governos ou corporações.

Said dialoga com Julien Benda, para quem os intelectuais seriam definidos como “um grupo muito pequeno de reis-filósofos superdotados e com grande sentido moral, que constituiriam a consciência da humanidade”. Para Benda, o problema dos intelectuais de hoje é que eles se entregaram às paixões nacionalistas, aderindo em peso ao sentimento das massas e interesses de classe, de certa forma até mesmo sectária. Benda destaca ainda que os intelectuais poderiam atender aos interesses dos governos, consolidando a propaganda das diversas políticas governamentais.

Edward Said analisa o discurso de Benda, ressaltando que

“No fundo da retórica combativa de sua obra basicamente conservadora, encontra-se a figura do intelectual como um ser, colocado à parte, alguém capaz de falar a verdade ao poder, um indivíduo ríspido, eloquente, fantasticamente corajoso e revoltado, para quem nenhum poder do mundo é demasiado grande e imponente para ser criticado e questionado de forma incisiva”. (SAID, 2005)

Para Said, não existiria o oposto de intelectual público - o intelectual privado -, pois “a partir do momento em que as palavras são escritas e publicadas, ingressamos num mundo público”.³¹ Mas não existiria somente o intelectual público, atuante como portavoz de uma causa, movimento ou posição. O intelectual imprime, em qualquer

³⁰ Idem.

³¹ SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

momento, sua marca pessoal às mensagens que deseja transmitir para a sociedade. Segundo ele, “o que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser contra e até mesmo desagradável”.³² Algo como o intelectual assumir uma postura contestadora e provocadora, ao mesmo tempo. Como lembra Said, “o intelectual encontra-se sempre entre a solidão e o alinhamento. Não é um pacificador, nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos. O intelectual está em alerta constante”.³³

Trata-se, portanto, de ressaltar o intelectual como figura representativa de um ponto de vista, de uma ideia ou ideologia. Segundo Edward Said, “os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar”.³⁴ Para ele, intelectual seria aquele que tivesse vocação para representar e levar uma mensagem ao público, e nesse sentido, promover a liberdade do homem e do conhecimento. Mas não para apontar uma verdade, e sim promover uma “moralização do mundo”, em nome de uma consciência crítica, visando esclarecer o sentido da História. Isso ficou muito latente num momento em que a agenda do Terceiro Mundo, nos anos 1950, apontava para questões como a descolonização da Argélia, por exemplo. De acordo com Said, o intelectual não representaria um ícone do tipo estátua,

“Mas uma vocação individual, uma energia, uma força obstinada, abordando com uma voz empenhada e reconhecível na linguagem e na sociedade uma porção de questões, todas elas relacionadas, ao fim das contas, com uma combinação de esclarecimento e emancipação ou liberdade”. (SAID, 2005)

Vale o questionamento: será que podemos pensar numa geração interrompida com o golpe civil-militar em 1964? Uma geração que se notabilizou nos anos 1950 e ganhou expressão por assumir um papel de intervenção no cenário intelectual brasileiro. Aquela

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

década era formada por fortes convicções políticas marcadamente influenciadas pela Guerra Fria. Ganhou destaque a linha nacional-desenvolvimentista, que segundo Leandro Konder,³⁵ fortaleceu-se durante os anos 1950, encontrando em Hélio Jaguaribe um de seus precursores.

Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen trabalham com a abordagem de sociabilidade intelectual, onde os intelectuais pertenceriam a um meio intelectual conformado por redes e lugares, onde se construiriam práticas relacionais específicas, onde residiriam ideias e valores.³⁶ Elas entendem os intelectuais como atores políticos e sociais, analisados através de uma categoria central de sociabilidade intelectual – “uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas -, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla”.³⁷

Ainda segundo as autoras, os intelectuais estariam sempre imersos nas sociabilidades que os situam, inspiram, demarcam e deslocam através do tempo/espço. Os intelectuais que participavam ativamente da Revista Civilização Brasileira eram detentores de diversas sociabilidades, que exerceram sobre ele importantes influências, entendidas também como experiências que deixaram marcas em suas personalidades, moldadas através de suas trajetórias. E essas sociabilidades não pararam no tempo, mas acompanharam o deslocamento citado por elas, fazendo com que os personagens fossem se adaptando às sociabilidades ao longo do tempo e espaço.

A categoria de trajetória individual seria, para Castro Gomes e Hansen, aquela em que o percurso profissional do intelectual seria acompanhado tendo em particular consideração os vínculos que ele estabelece com matrizes, tradições e genealogias

³⁵ KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. pp 362.

³⁶ GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

³⁷ Idem.

intelectuais.³⁸ As autoras defendem a ideia de que não poderíamos dissociar o estudo das trajetórias individuais ou coletivas sem a articulação às redes e lugares. Daí o papel fundamental que as redes e os lugares adquirem, quando analisados para o entendimento das intenções e ações³⁹ dos intelectuais.

A categoria de geração é também analisada pelas autoras, que lembram que a mesma nada tem a ver como um “grupo de idade”⁴⁰, mas sim como um grupo de formação, cujas vivências comuns de acontecimentos ou de crises, marcariam os intelectuais. Mas longe de se configurar numa “chave explicativa” de grupos intelectuais, Castro Gomes e Hansen afirmam que a geração possibilita compreendermos eles como fatores que devem ser identificados e analisados visando melhor entendimento das sociabilidades de grupos.

Segundo Luiz Renato Vieira⁴¹, a Editora Civilização Brasileira foi um dos mais importantes pólos de atividade intelectual no Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960. Para ele,

“a revisão dos projetos de revolução social no Brasil, que ocorre ao longo dos anos 1960, demonstra uma preocupação dos segmentos políticos de esquerda, de se ajustar ao nível efetivo de organização da sociedade civil e das possibilidades concretas de engajamento na transformação política do país”. (VIEIRA, 1998, p.15)

Decerto também que o grupo de intelectuais atuando na Revista Civilização Brasileira não foram apenas críticos do período da ditadura vivenciada no Brasil dos anos 1960. Para Vieira, o editor Ênio Silveira atuava como um “agenciador de vontades

³⁸ Idem.

³⁹ Idem

⁴⁰ Idem

⁴¹ VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. pp. 15.

coletivas”.⁴² Para ele, a conduta política de Silveira não poderia ser entendida apenas de modo individual, já que ao reunir e organizar aquele grupo de intelectuais, acabava por

“materializar as aspirações de uma grande parcela da intelectualidade brasileira, que por falta de meios apropriados ou como consequência da repressão, teve reduzidos seus canais de manifestação política ou foi obrigada a se calar”. (VIEIRA, 1998, p.15)

É importante também compreender que Vieira estende à própria Editora Civilização Brasileira esse espaço de debates intelectuais, enquanto este trabalho configura apenas a Revista Civilização Brasileira como o *locus* apropriado para aqueles fins, em meados da década de 1960. Mas que tinham em comum a ideia de que a sociedade brasileira precisava se levantar contra a ditadura civil-militar e que só pelo campo pacífico da argumentação e dos debates seria possível mudar aquele quadro político. Como nos aponta Vieira, “o anti-imperialismo e a necessidade de se fazer a ‘Revolução Brasileira’” tomavam conta daqueles debates e se colocavam acima de todas e quaisquer divergências no campo ideológico.

A partir de 1966, com a primeira concordata, a Revista Civilização Brasileira passou a entrar, aos poucos, num processo de crise interna – com a desmobilização no campo intelectual, fruto de divergências entre alguns deles, e, também o agravamento financeiro de suas contas. Algumas explicações apontam também para o forte impacto exercido pelo Ato Institucional No 5, em 13 de dezembro de 1968, último suspiro da publicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴² pp. 16.

CORBISIER, Roland apud FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira: arquiteto das liberdades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 422.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Revista Civilização Brasileira: a supremacia do intelectual engajado ou o Império da História**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural. *Rev. Sociol. Política*. Curitiba, v.18, n. 35, p. 95-117. Fev. 2010.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. pp 362.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo, Difel. 1979.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990. pp. 207.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVEIRA, Ênio. **Princípios e propósitos**. In: Revista Civilização Brasileira nº 01, ANO I – março de 1965, p. 03-04

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In REMÓND, Rene. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pp. 231.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. pp. 180.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. pp. 20.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Idem. pp. 103-104

_____. **Um antropólogo na cidade. Ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013. pp. 138.